

Rebeliões em presídio feminino: Desordem e controle

Leni Beatriz Correia Colares

Professora da Furg

Recebido em: 29/04/2014

Aprovado em: 25/02/2015

Este artigo apresenta um estudo feito na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (RS), no qual abordamos as rebeliões ocorridas entre 1992 e 2008 e mostramos que esses são eventos comuns também entre mulheres presas. O desconhecimento desses conflitos se imbrica com noções de gênero que atravessam discursos, no cárcere ou fora dele, sobre a capacidade de inserção feminina em jogos de poder. Estabelecemos uma periodização relacionada às características dos eventos e às políticas penitenciárias direcionadas à instituição, mostrando como os diferentes grupos socioprisionais buscaram encaminhar os processos, constituindo uma governamentalidade ambígua.

Palavras-chave: encarceramento feminino, rebeliões, políticas penitenciárias, gênero, governamentalidade

The aim of the article **Rebellions in Female Prison: Disorder and Control** is to present a study, carried out at the Madre Pelletier Female Penitentiary in the state of Rio Grande do Sul, in which we have addressed the rebellions happened between 1992 and 2008 and have showed that these are also common events among female inmates. The discovery of these conflicts imbricates to the notions of gender which cross the speeches, inside or outside the prison, about the capacity of the female inclusion in games of power. We have established a periodization related to the characteristics of the events as well as to the penitentiary policies directed to the institution, showing how the different socio-prison groups have sought to direct the processes, constituting an ambiguous governability.

Keywords: female imprisonment, rebellions, penitentiary policies, gender, governability

Introdução

As referências encontradas acerca de rebeliões em penitenciárias femininas são pontuais. No relatório da Human Rights Watch¹ de 1998, encontra-se o seguinte registro: “Rebeliões e protestos são relativamente pouco frequentes em prisões femininas” – afirmação importante por representar certo consenso sobre esses episódios nos estabelecimentos penais que abrigam mulheres. Nas prisões femininas, as dificuldades para a compreensão da natureza dos eventos também se devem ao fato de que as ações promovidas por mulheres ora são negadas, ora são vistas como de menor importância pelos custodiadores quando comparadas com as ações praticadas nos presídios masculinos.

O estudo que este artigo apresenta foi desenvolvido na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (RS) e contempla um total de 15 rebeliões, ocorridas entre 1992 e 2008. Mostramos que rebeliões,

assim como outros eventos de natureza contestatória das duras condições do encarceramento, entre eles, distúrbios e incidentes interpessoais, são comuns entre mulheres encarceradas, não sendo, portanto, fenômenos exclusivos das prisões masculinas. Defendemos que o desconhecimento dos episódios, dadas a sua monta e incidência sobre as interações carcerárias, se imbricam com noções de gênero que atravessam diferentes discursos, no cárcere ou fora dele, acerca da capacidade de inserção das mulheres em jogos de poder, e contribuem, por sua vez, para manter as presas invisibilizadas.

Estabelecemos uma periodização relacionada às características dos eventos e às políticas penitenciárias direcionadas à instituição, mostrando como diferentes grupos socioprisionais buscaram encaminhar os processos carcerários, constituindo uma governamentalidade ambígua. Adotamos o conceito de governamentalidade conforme Foucault (1979, pp. 277-293), como arte de bem governar por meio de uma relação pactuada entre poder oficial e sociedade, e observamos que o encarceramento feminino também se molda por relações de poder e contrapoder, e que as mulheres presas são proativas nas definições das dinâmicas sociocarcerárias. Maus-tratos, carências múltiplas, tráfico de drogas e demais ilícitos, corrupção e crise na segurança pública formam um caldo pelo qual fluem as disputas e os arranjos entre grupos de presas e custodiadores, redefinindo os rumos das práticas prisionais e o controle sobre a massa carcerária.

As primeiras rebeliões romperam consensos solidificados em torno da passividade da mulher encarcerada e desnudaram que as formas de adestramento que tornaram a penitenciária modelo no tratamento penal já não se sustentavam. Vários mitos foram derrubados pelas presas. O desafio colocado pelas mulheres – algo inédito – fez cair por terra a ideia de exemplaridade do confinamento feminino e mostrou que a crise das prisões também as afetava de forma dura. A retomada dos espaços do cárcere pelos custodiadores, dificultada pelo afrontamento das presas, gerou alterações substantivas na condução de seu encarceramento, embora as justificativas para a reação oficial fossem minimizadas e, para isso, recolocadas no discurso de gênero. Em certo sentido, no início dos anos 90, as presas “abrem” a prisão para mostrar a sua falência.

Posteriormente, rebeliões com distintos graus de intensidade capacitaram grupos de presas envolvidas com o trânsito de mercadorias ilícitas a sustentarem seu poder. É fundamental saber que as informações, os códigos e os comandos que circulam no sistema prisional não são planejados, mas apropriados estrategicamente por grupos comprometidos com o trânsito de mercadorias ilícitas e a sustentação desse mercado. As próprias rebeliões passaram a ser assumidas como parte da estratégia de manutenção de tais benefícios e da afirmação do controle desses grupos sobre a massa carcerária.

Em virtude dessas considerações, ao longo do texto discutimos as especificidades dos movimentos produzidos por mulheres, bem como as homologias com os movimentos que são produzidos por homens presos.

O levantamento dos episódios protagonizados pelas presas nos motivou para a busca por sua contextualização, isto é, a relação entre os eventos e as políticas penitenciárias, visando à classificação dos períodos. Para a contextualização, utilizamos jornais da época e o Relatório Azul publicado pelo Grupo de Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS). Também são citados e constituíram importantes fontes documentais os seguintes relatórios: “O Brasil atrás das grades”, produzido pela Human Rights Watch em 1997, e o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário da Câmara Federal, de junho de 2008. Deve ser ressaltada também a importância da internet, que possibilitou complementar informações por meio de diversos informes: sindicais, da ALRS, de agências governamentais e mesmo da imprensa. Utilizamos ainda, como significativo recurso metodológico, entrevistas feitas com 12 presas, seis agentes penitenciários e uma ex-presas que vivenciou o cárcere durante os anos 90, o que nos permitiu uma abordagem minuciosa dos diversos eventos elencados.

Existem rebeliões em prisões femininas?

É comum os discursos oficiais desqualificarem as rebeliões, como nos mostra Roger Matthews (2003, p.108), independentemente do presídio que se considere. O que se sobressai, tratando-se de movimentos que têm mulheres presas como protagonistas, é a representação das características emotivas, irracionais e despropositadas que, segundo os agentes penitenciários, dão vazão às ações femininas durante esses eventos. Os depoimentos dos agentes penitenciários não destoam daqueles produzidos por organizações não governamentais (ONGs)², apresentando as presas como indivíduos destituídos de racionalidade e disposição para alterarem relações sociais na prisão ou capacidade de protagonismo para a ação. São discursos que apelam para as paixões momentâneas como explicação para o ato de colocar fogo em colchões, gritar, ou mesmo cortar os pulsos quando o episódio é promovido pelas mulheres presas.

O fato de que toda rebelião (de mulheres ou homens presos) tenha como componente o uso do fogo como forma principal de protesto³ e gritarias e “badernaços” como situações comuns não é levado em conta nas respostas dos agentes penitenciários para a descrição dos movimentos femininos. Quanto à questão de as presas cortarem os pulsos – o que efetivamente ocorreu em um dos eventos no “Madre” – este episódio assumiu proporções de exemplaridade, de reforço da tese da emotividade feminina.

Os discursos oficiais aparecem como “técnicas de neutralização” (MATTHEWS, 2003, p. 108), ou recursos discursivos que visam minimizar situações que questionam a autoridade dos custodiadores e causam impactos no cotidiano das prisões. O uso de determinados indicadores

como próprios a uma natureza feminina serve assim de reforço à técnica neutralizadora pela via de gênero, naturalizando, por extensão, os próprios eventos e retirando deles a força contestatória.

Na dimensão “gênero” também aparecem argumentos referentes a uma sazonalidade das emoções femininas, ou seja, a evidência de que o maior número de rebeliões que ocorrem nos finais de ano está relacionado ao apelo que a vida familiar tem para a mulher. Como o verão corresponde às festas que reúnem a família e às férias escolares dos filhos, esse seria um período mais difícil para a presa, tornando-a mais receptiva a protestos ou mesmo a rebeliões. Constatase que 60% das rebeliões ocorrerem entre novembro e março, sendo esse, efetivamente, um tempo propício para as emoções. O que se discute, entretanto, é que realidade similar se apresenta nos presídios masculinos, sendo comum o aumento de turbulências em finais de ano, como aponta o estudo de Dornelles (2008, p. 58)⁴. Não podemos desconsiderar ainda que o calor torna mais difícil a convivência entre os presos em celas apertadas, superlotadas e com falta de ventilação, aumentando a irritabilidade e a impaciência entre eles.

O uso do termo “rebelião” é questionado no discurso dos agentes penitenciários para descrever os eventos promovidos por presas, na medida em que estes têm menor envergadura se comparados com os produzidos por homens. As rebeliões masculinas promovidas entre os anos 80 e 90⁵, dirigidas por facções reconhecidas e com forte impacto público por envolver reféns, fugas coletivas e mortes, passaram a ancorar a percepção dos agentes penitenciários quanto ao que deve ser entendido como tal.

Em uma pesquisa feita com agentes penitenciários tornados reféns nos motins ocorridos entre 1987 e 1990 em presídios masculinos do Rio Grande do Sul, Sonia Liane S. Rovinski (1990, pp. 163-173) observou que a discussão sobre este fenômeno se colocava como tabu para os próprios servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Isso ocorria pela força do impacto sobre as subjetividades dos envolvidos e da própria instituição, conduzindo ao “pacto de negação”. Ao serem tomados como “objetos de troca”, os reféns passaram a experimentar situações díspares: alguns se sentiram mais próximos dos presos, entendendo a instituição como persecutória, e outros projetaram sua raiva nos presos, ampliando seus vínculos institucionais. Mas, mais importante, a experiência desses eventos é coletivamente recalcada por um processo de negação e/ou de redução de danos pessoais e institucionais pela via do esquecimento ou da minimização do fenômeno.

As considerações de Rovinski nos ajudam a explicar porque alguns eventos aparecem como referências e os demais são esquecidos ou naturalizados, sendo entendidos como parte do cotidiano, diluídos em termos de seu significado a ponto de desaparecerem da memória. Para os agentes penitenciários, são os critérios de riscos que servem para dimensionar a natureza do

fenômeno: se são motim ou protesto, e não os objetivos que movem os presos ou os efeitos que suas ações causam nas relações institucionais.

Por ser definida em um *continuum*, grande parte das ocorrências é interpretada em uma gradação de menor intensidade, de menor monta, implicando também nas formas como a instituição reage a cada evento.

Como as experiências não são trabalhadas coletivamente pela instituição, o fenômeno passa a ser compreendido por autorreferência, pelos danos possíveis de serem causados ao grupo dos agentes penitenciários. Seguindo o critério estabelecido, mulheres agem porque são emotivas, o que as leva a praticar atos considerados de menor envergadura e, portanto, de menor risco, característica que torna os eventos “femininos”. Em decorrência disto, boa parte das ações movidas coletivamente pelas presas é compreendida como protestos e assimilada em termos de suas reivindicações.

Redefinindo as relações de poder

O trabalho *The Society of Captives*, de Gresham Sykes, publicado em 1958, representa um marco nos estudos sobre encarceramento ao mostrar que rebeliões ou motins constituem eventos expressivos na determinação das relações de poder, capazes de reorientar as dinâmicas internas na sociedade prisional. Para Sykes (1958, p. 110), prisão não é ordem, visto que se move por meio de sucessivas crises seguidas de novas ordenações, como forma peculiar e intrínseca ao seu funcionamento. De forma análoga, motim não é um acontecimento repentino e inexplicável no percurso de cada instituição prisional ou um fato de menor importância, cuja ocorrência se deve a alguma razão fortuita. O fato é que, mesmo com o retorno à ordem, os motins levam a novas regras entre presos e entre autoridades e presos.

Duas condições são apontadas por Sykes (Idem, pp.124-126) para a sustentação da ordem nas prisões: a presença de presos “coesivamente orientados” e a geração de um processo de “mitigação da dor” nas condições do encarceramento, condições que, na sua percepção, estão imbricadas. A primeira é representada por lideranças que se sobressaem por saberem “andar numa linha reta entre a rejeição dos guardas e a cooperação”, não fazendo acordos ou sendo subservientes, tornando-se confiáveis para os demais presos. A segunda diz respeito ao grau de privações vivenciadas comumente no cárcere (de liberdade, autonomia, segurança, material e de relações heterossexuais), sendo a possibilidade de motins reduzida quando se reduzem as “dores do encarceramento”.

O controle das prisões pela guarda depende da presença dessas lideranças capazes de obter a coesão da massa carcerária em torno da obediência às regras, o que gera um sistema informal de troca de favores e de privilégios ilícitos. Quando acaba o sistema de sustentação de poder dos líderes, outras lideranças se insurgem, aproveitando a “tensão da vida carcerária” como oportunidade para acessar o poder.

Fernando Salla (2006, p. 281) critica Sykes quanto à percepção de que custodiadores e internos sejam sempre oponentes e rebeliões resultem dos desequilíbrios na distribuição de poder entre esses grupos. Apesar de a “tendência geral” da maior parte das rebeliões no Brasil ser a de denunciar os maus-tratos e as carências do sistema (SALLA, 2001, p. 27), mantendo-se o quadro de polarização das relações sociais entre presos e custodiadores, a partir dos anos 90 a realidade que emerge das prisões passa a exigir uma nova leitura. Para Salla (2006, pp. 276-278), as facções de presos enraizadas nas prisões brasileiras se situaram na base de praticamente todas as grandes rebeliões desse período, alterando e determinando as práticas prisionais. Aqui, assumimos o conceito de facções tal como é defendido por Edmundo Campos Coelho (2005, pp. 157-158): como grupos organizados e autorreconhecidos a partir de denominações específicas, portadores de uma forte solidariedade e promotores de uma pauta de demandas feita em nome do grupo.

Em virtude da presença de facções, os eventos derivam mais dos desequilíbrios de forças entre os próprios presos ou visam auferir mais poder a algum grupo do que propriamente em função das condições objetivas do encarceramento. Este fenômeno está intimamente inserido no cotidiano de violências que marca o sistema prisional brasileiro, no qual a precariedade material, física e funcional das prisões compõe o pano de fundo de onde emergem movimentos de fugas e rebeliões.

Um aspecto de suma importância para o estudo de rebeliões é a classificação desses eventos em termos de motivações e desdobramentos quanto à estrutura prisional, o que é possível ser feito na relação com os contextos em que se apresentam e na possibilidade de estabelecer relações predominantes em cada período (SALLA, 2001, p. 23).

Roger Matthews (2003, p. 112) concorda que as dificuldades para explicar as causas são muitas, já que não há um padrão recorrente que se aplique à totalidade das rebeliões. Dentre elas, podemos citar que nem sempre esses movimentos estão associados a privações materiais ou mesmo à superpopulação, podendo ocorrer motins em situações de melhorias das condições materiais. A complexidade desses processos exige o reconhecimento dos contextos sociais que os mantêm e os “disparadores” que dão vazão às ações rebeldes.

Para Matthews (Idem, p. 106), as rebeliões são definidas como parte da estratégia adaptativa às condições mais amplas do encarceramento, que podem envolver mudanças de comando, de relações de poder alteradas. Embora Matthews mantenha uma abordagem mais estrita, entendendo que as rebeliões possuem característica de resistência ao poder oficial – o que não dá

conta das peculiaridades das prisões brasileiras, como bem mostrou Salla –, ele contribui para o debate ao estabelecer uma classificação que permite observar outras formas de resistência, tais como os distúrbios e os incidentes.

Motins e distúrbios são ações coletivas, mas como motins (rebeliões) objetivam “o mando sobre certas áreas do cárcere por meio do uso da ameaça ou da força”, distúrbios representam ações de protesto acerca de determinados aspectos do encarceramento, como, por exemplo, negar o trabalho ou deixar de comer alimentos. Já os incidentes envolvem hostilidades, por vezes manifestações de violência entre indivíduos, situando-se, pois, nas relações interpessoais. Não existe ligação direta entre os incidentes, os motins e os distúrbios, na medida em que os dois últimos estão ligados à busca por direitos e apresentam conotações políticas. As ações dos amotinados ocorrem tendo em vista a atenção da sociedade para aspectos do encarceramento ou visam diretamente os custodiadores, para que interrompam práticas arbitrárias (Idem).

Neste estudo, assumimos a classificação proposta por Matthews, por entendermos que os conflitos prisionais têm padrões que permitem distingui-los entre si e que as rebeliões podem estar sobrepostas ou serem precedidas por distúrbios e/ou incidentes. Mais ainda, por entendermos que, após seu término, as relações sociais entre presos e *staff*, e mesmo entre os presos, podem também envolver distúrbios e incidentes como modalidade de sustentação das posições de poder adquiridas. Mas em apoio à tese de Salla, as rebeliões propriamente ditas são aqui compreendidas não só como ações coletivas de resistência às condições do encarceramento, dirigidas, portanto, ao poder oficial, mas também como resultado da adaptação aos interesses de ganhos e sustentação do poder dos comandos organizados.

Aprendendo com as rebeliões

Registramos 1992 como o ano que dá início ao processo dos movimentos de rebeldias coletivas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, que apresentam diferentes peculiaridades. A primeira, pelo sentido de “contaminação” (GOFFMAN, 1990) que atingiu as presas. Ao todo, 96 mulheres e 13 crianças estavam obrigadas à reclusão em um espaço de 270 m² no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF). Este local, considerado um anexo da penitenciária, foi criado em 1990, após um incêndio de grandes proporções provocado por duas presas que viviam maritalmente e foram separadas pela administração prisional⁶. O prédio original da penitenciária encontrava-se em reformas, mas as obras estavam paradas porque a construtora havia falido. No IPF, a superlotação, a falta de trabalho, a presença de mulheres portadoras de Aids e tuberculose, além de gerarem tensão entre as presas,

amplificaram o sentimento de “contágio” pelo convívio forçado em grande grupo, especialmente para aquelas que tinham seus filhos pequenos vivendo nessas condições⁷.

De fato, a única instituição prisional para mulheres no Rio Grande do Sul apresentava como características o descaso e a secundarização da mulher presa. Todas as atenções se concentravam nas prisões masculinas, palcos de inúmeros conflitos e fugas coletivas que apareciam seguidamente nos espaços da grande mídia⁸.

As disputas em torno da hegemonia dos presídios masculinos envolviam várias facções dissidentes da Falange Gaúcha, cujo domínio na década de 80 produzira rebeliões seguidas de fugas em massa. Tornaram-se comuns os tiroteios entre presos e a promoção de assassinatos de rivais, incluindo os das maiores lideranças que o sistema já havia gerado no estado. Intimamente conectada a interesses extramuros, a violência nas prisões visava, igualmente, aos principais pontos de venda do tráfico, especialmente aqueles situados nos Morros da Cruz e Maria da Conceição, berços dos mais reconhecidos líderes da massa carcerária (DORNELLES, 2008, pp. 80-82).

No “Madre Pelletier”, algumas mulheres de destaque no mundo do tráfico apareceram pela primeira vez na liderança dos eventos. Entre elas estava Rosane, mulher do traficante Carioca e primeira-dama do Morro da Cruz (ZERO HORA, 05/03/1992). O reconhecimento atribuído a tais lideranças, nesse momento, deriva do processo de mimetização, por associação ao prestígio obtido pelos companheiros na massa carcerária, especialmente no caso de Rosane. Mas também contribui para a solidez do evento o conhecimento sobre rebeliões que algumas presas já possuíam, em virtude de frequentarem presídios masculinos para visitarem seus companheiros, ou por suas interações no mundo do tráfico.

A segunda peculiaridade se deve à forma autoritária e simplista como foi tratado inicialmente o movimento pelas autoridades. Ao considerar a primeira rebelião como movimento de um grupo específico, a administração transferiu 21 detentas para presídios do interior e, ao mesmo tempo, proibiu as visitas de familiares para aquelas que permaneceram no prédio do IPF. No caso das mulheres, a transferência para o interior representa um castigo severo pela impossibilidade de receber visitas e estabelecer contato com os filhos (quando se trata de presas mães), pois a maioria é proveniente de famílias pobres, sem recursos financeiros para se deslocar para outros municípios e ressentindo-se da falta das “sacolas” com alimentos (complementares à dieta), roupas e produtos de higiene fornecidos pelos familiares.

A transferência das presas deflagrou outra rebelião, de gravidade ainda maior, com duração de 30 horas (mesmo com a presença da polícia de choque), mostrando se tratar de uma ação conjunta e evidenciando não estarem as presas dispostas a recuar em seus objetivos. As manifestações incisivas das presas conduziram à relativa eficácia do movimento. Além disso, foi

um aprendizado para elas, pois perceberam que suas ações interferiam na estrutura de poder da penitenciária, dando visibilidade também às mazelas de seu encarceramento.

– Veio o choque, vieram os cachorros. Tinha umas gurias que estavam sentadas em cima do beliche, que não queriam ir para o pátio, não é? Daí, os cachorros pegavam elas e com medo elas iam. Teve umas colegas que saíram para ir para o pátio, mas saíram correndo por medo do choque e eles atiraram. Um tiro quase pegou uma colega (Ex-presas).

Apesar das fortes punições que recaíram sobre todas, as presas obtiveram a promessa das autoridades quanto à reforma imediata no prédio central da penitenciária⁹, obtendo, pela primeira vez na história do encarceramento feminino no estado do Rio Grande do Sul, que suas demandas fossem colocadas na agenda oficial.

A ideia de pacificar os presídios por meio de uma política de humanização¹⁰ se impôs ao governo em decorrência dos motins e das fugas e, mais ainda, após a descoberta de planos para o sequestro de autoridades do estado. Renato Dornelles (2008, pp. 89-94) esclarece que essa política teve início no governo Alceu Collares (1991-1994) e consistia em ouvir os presos, ou seja, criar mecanismos reconhecidos para que se estabelecesse a interlocução entre presos e autoridades. Os presos foram chamados às urnas para eleger seus representantes, resultando na legitimação de lideranças que passaram a ter voz junto aos governantes e à mídia, adquirindo enorme visibilidade pública¹¹.

Como as revoltas e os incidentes com mortes não cessavam nas prisões masculinas, o próprio secretário de Justiça passou a se reunir pessoalmente com líderes dos presos na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc) para ouvir as queixas, resultando em constrangimento para os agentes penitenciários, que se ressentiam pela perda de autoridade. O estudo de Dornelles (2008, p. 92) mostra que os agentes, deslocados do processo de interlocução e objetos de inúmeras críticas, sentiram-se desautorizados, deixados de lado nas negociações. Essa condição era especialmente dramática quando eram tomados como reféns e tinham suas vidas colocadas em risco pela atuação dos negociadores. A reação não tardou: tornou-se comum entre parte da guarda o estímulo às ações de vingança entre presos, a facilitação da entrada de armas e drogas nos presídios, o afrouxamento das regras para uns e a consequente ampliação da dependência de outros presos.

Em 1994 ocorreu a maior rebelião que o Rio Grande do Sul já presenciou, com um desfecho inesperado: presos amotinados e que conseguiram fugir em um carro foram parar dentro do saguão do Hotel Plaza São Rafael, onde ocorria um congresso de psiquiatria, apresentando um saldo de cinco presos mortos. Este fato selou o fracasso da política penitenciária implementada pelo governo, pois os acordos em troca do fim dos motins e fugas se mostravam nulos, e

acrescentou ao combalido sistema prisional do estado a indiferença das autoridades para com os agentes penitenciários: o outro lado da moeda de qualquer sociedade prisional.

No “Madre Pelletier”, a humanização do tratamento prisional recebeu uma interpretação de gênero. Como primeira providência, o diretor da penitenciária foi demitido e em seu lugar assumiu Tânia Nascimento, funcionária do quadro da Susepe que, de longa data, defendia reformas no tratamento penal conferido às presas. Sustentava que o modelo a ser adotado deveria assemelhar-se ao que as Irmãs do Bom Pastor¹² haviam desenvolvido no Rio Grande do Sul, modelo este baseado na disciplina rígida e no ideal ressocializador.

– Na minha opinião, os sucessivos motins que vinham acontecendo eram em razão da política usada desde a saída das Irmãs, que era de cadeia no sentido pleno da palavra. Para mim, as presas não tinham ficado mais perigosas e sim resistido à mudança de filosofia. Que se conseguíssemos introduzir novamente uma política similar à das Irmãs, obteríamos o mesmo resultado. Quis o destino que eu viesse a ser designada diretora da Penitenciária com a incumbência do então secretário da Justiça de que eu provasse a minha teoria. Fui acompanhada então de uma boa equipe e provamos que estávamos certas. Conseguimos transformar a Penitenciária Feminina novamente num lugar para cumprir pena com dignidade (Tânia Nascimento).

Entre as medidas mais importantes adotadas pela nova direção estavam a redução do número de mulheres e crianças que continuaram no IPF e os convênios firmados entre a Secretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania e empresas privadas, permitindo acesso a cursos de telemarketing para algumas e distribuição de trabalho para as demais. Para a época, consegui algo inédito: que o juiz da Vara de Execuções Criminais autorizasse as presas a trabalhar fora do presídio, incluindo as que cumpriam pena em regime fechado. Ao todo, 35 presas se beneficiaram dessa medida e foram trabalhar em telemarketing, não tendo sido registrada uma única fuga. A penitenciária foi praticamente esvaziada, com redução de 40% do número de internas, e as restantes foram ocupadas em postos de trabalho. Consegui ainda um espaço separado para colocar a creche, tirando as crianças da galeria, onde “cumpriam pena” junto com suas mães, e implantou uma cozinha e uma escola destinada às presas.

A política de humanização apregoada pelo governo passou a adquirir para as presas o sentido da ressocialização, retomada pela via da centralidade do trabalho como fator primordial, e na percepção de que a maior punição para uma mulher é a de ser afastada dos filhos e da família. É certo que, no contexto do encarceramento feminino, as mulheres eram vistas como portadoras de menor periculosidade, predominando entre elas crimes contra o patrimônio, o que gerava penas mais brandas¹³. Mas a adoção de medidas liberalizantes no cumprimento da pena, tal como a permissão para que presas em regime fechado pudessem trabalhar fora da prisão, era parte de uma estratégia de controle do seu comportamento. A utopia ressocializadora da mulher criminosa

se concretizava novamente por meio da noção de que a presa se “recupera” pela via da maternidade e do interesse em estar novamente com os filhos e atender à família.

Também fez parte da política governamental de atendimento ao encarceramento feminino a continuidade das obras de recuperação do prédio da penitenciária, embora a transferência das presas para a nova casa prisional só fosse ocorrer no final de 1995¹⁴. A reforma do prédio incluiu a construção de celas e a colocação de grades nos corredores com a instituição das galerias, substituindo os dormitórios amplos, que até então davam à penitenciária o aspecto de colégio de freiras, herdado da construção original. O princípio da segurança, norteador da reforma, acabou conferindo ao prédio um aspecto de presídio, não se diferenciando, em termos de concepção, dos estabelecimentos que abrigavam os homens. Os estudos tratam das mudanças arquitetônicas como decorrentes dos incêndios de 1990 e 1996, este último tendo danificado completamente a capela, mas, de fato, as mudanças se devem a deliberações da área de engenharia da Susepe e estão intimamente ligadas às rebeliões que sacudiram o “Madre” no período.

De diferentes formas, o encarceramento feminino recebeu atenção especial: enquanto o prédio reformado apresentava espaços amplos e abrigava poucas presas, boa parte dos presídios masculinos funcionava de forma precária, entre eles o caso mais extremo era representado pelo Presídio Central de Porto Alegre, com suas instalações degradadas e superpopulação de presos. A reestruturação física, com a implantação de galerias, foi acompanhada pela mudança na forma de gestão do cotidiano prisional das mulheres, na qual passou a predominar o encarceramento diurno para grandes grupos e a contenção de presas que oferecessem riscos ou que, por suas condições físicas, já não pudessem trabalhar. Implicou igualmente novas rotinas de segurança, reduzindo fortemente os contatos constantes entre as presas e os agentes penitenciários.

– A guarda circulava pelos corredores. Na época, a gente fez até um gabinetezinho lá em cima, porque eu sempre tive o hábito das presas botarem o nome num papelzinho para falar comigo, porque assim eu tinha a “cadeia nas mãos”. (...) A gente perdeu um pouco o controle quando se mudou. Gerou muita ansiedade até nos funcionários. A casa [prisonal] era muito grande. Lá no IPF elas estavam todas trabalhando, elas iam só para dormir. As galerias ficavam abertas. Na nova casa [prisonal], as que não trabalhavam tinham que ficar fechadas nas celas (Tânia Nascimento).

O apoio que as autoridades conferiram ao tratamento penal, desenvolvido pela direção do “Madre”, se esgotou no governo que assumiu em 1995, quando a política de humanização foi criticada e a política penitenciária tornou-se mais rigorosa na condução das casas prisionais. No “Madre Pelletier”, o tratamento penitenciário calcado no modelo de ressocialização, que logrou novo fôlego após as rebeliões de 1992, se esgotou definitivamente. A reestruturação física e

funcional gradativamente foi assumindo os contornos de uma nova engenharia sociopenitenciária, adequada aos propósitos da contenção de presos.

As disputas por espaços

As rebeliões situadas entre março de 1996 e janeiro de 1997 denotaram maior complexidade. Representaram disputas por grupos de presas em torno dos espaços do cárcere, relacionadas ao tráfico de entorpecentes, e se conjugaram a estas a existência de fugas e as tentativas de suicídio. Estão ainda sobrepostas ao objetivo de ruptura com práticas abusivas de agentes penitenciários (violência sexual, celas de isolamento precárias, desvios de verbas da creche e da alimentação das presas) (CCDH, 1996).

Embora a imprensa tenha divulgado razões sucintas relacionadas às revistas nas celas e à permanência de celas abertas à noite, foi possível constatar diversos motivos que também ensejaram os eventos desse período no relatório feito pela CCDH da ALRS.

No documento, há registros de que a penitenciária mantinha uma cela de isolamento chamada “Dops”¹⁵ para onde eram levadas as detentas que sofriam castigo, lá permanecendo sem colchão, água ou alimentos. A cela ficava no antigo prédio anexo, o São Miguel, que durante a ditadura passou a receber as presas políticas. Com base na denúncia de duas presas – a primeira, que afirmou ter sido colocada seminua nesse local e ameaçada de morte, e a segunda que, mesmo estando no regime semiaberto, foi vítima de punição por ter ameaçado denunciar as irregularidades cometidas – o que foi constatado pelo juiz da Vara de Execuções Criminais que compareceu à penitenciária (CCDH, 1996).

No “Madre”, também nesse período a capela foi queimada pela segunda vez, ficando completamente danificada, tendo sido perdidos os murais e o terceiro melhor órgão musical do mundo. Como causa do incêndio, soube-se que uma presa, que servia “de bonde” para outras (agia em nome de terceiras que queriam fugir), ateou fogo nos colchões recolhidos na capela, gerando o incêndio que comprometeu definitivamente o trabalho de recuperação patrimonial que estava em andamento.

Mas também razões intrínsecas às dinâmicas desenvolvidas por presas articuladas com o tráfico de drogas, que ocorria no “Madre”, estavam na base dos eventos. Essas lideranças catalisavam a atenção das presas, mobilizando-as em defesa de interesses coletivos, tornando-se referências importantes para conter abusos dos custodiadores. Entre elas aparece Rosane, mulher de Carioca, que ocupava a galeria e continuava a se mostrar importante nesse processo.

– Por que ela tinha liderança? Porque ela era a primeira-dama do Carioca, que era liderança no Morro da Cruz. Todas as pessoas que usavam drogas ali vieram presas, um dia, outro dia; ou por uma situação ou outra. E já se conheciam, não é? Não tem estudo, já aconteceu isto com o pai ou com a mãe, já vem de longe. Então, chegava aqui e ia para lá, para a galeria onde está o pessoal dela. Então, é isso que acontece hoje em dia também. Se é uma pessoa de um bairro e tem uma liderança aqui do bairro, o que vai acontecer? “Ah! Eu queria ir para tal lugar”... E isso é assim, vai reforçando (Agente penitenciária nº 4).

Nesse período, a primeira rebelião ocorreu em 9 de novembro de 1996 porque as presas guardavam uma arma e não queriam que ocorresse uma revista geral na penitenciária. As chamadas “gircas”, ou revistas nas celas e galerias e nos pertences das presas, são dispositivos de controle que servem para reafirmar o poder da administração. É um ato de força, mas também um ato simbólico que mostra a presença do poder e que este pode ser acionado a qualquer momento, servindo para evitar “excessos”, estabelecer limites.

Na segunda rebelião, em 5 de dezembro do mesmo ano (ZERO HORA, 05/12/1996), o motim envolveu 40 presas da galeria por três horas, com a queima de colchões e brigas entre si. A exigência das presas era que fosse suspensa a decisão que a direção havia tomado de fechar as celas à noite. A repressão ao movimento foi incisiva, com uso de gás lacrimogêneo. Como resultado, seis presas cortaram os pulsos e uma se jogou pela janela. Em janeiro de 1997 (ZERO HORA, 06/01/1997), um novo motim ocasionou o quebra-quebra de vidros e janelas porque as presas teriam que ficar confinadas em suas celas, não podendo se deslocar pela galeria.

Até essa data, somente uma das galerias da penitenciária era fechada, a do “seguro”, onde ficavam as ameaçadas: as infanticidas e, ainda, aquelas que haviam se envolvido em brigas sérias ou delatado outras para a administração prisional. A direção da penitenciária decidiu pelo seu fechamento durante o dia e das celas da galeria E à noite, o que igualmente impulsionou as rebeliões. Importante observar que os motins desse período tiveram início na galeria E, alastrando-se rapidamente para as demais. Além disso, nesta galeria, registrou-se um incidente envolvendo duas detentas em uma briga, em virtude da delação feita por uma delas sobre o tráfico de drogas que vinha acontecendo no interior da instituição. Outro aspecto diz respeito ao número elevado de presas da galeria E, que reclamavam dos roubos ocorridos durante a noite em suas celas, geralmente executados por aquelas que tinham por objetivo garantir o pagamento pelo uso de drogas.

O “Madre”, nesse período, não apresentava superlotação ou falta de servidores. Os registros dão conta de que, em setembro de 1996, por exemplo, cumpriam pena 126 mulheres, número

muito aquém da capacidade física instalada. Estavam lotados na penitenciária 70 funcionários, distribuídos nas áreas técnica, administrativa, segurança, creche, valorização humana e esporte, lazer e recreação (CCDH, 1996).

As razões para os motins estão conectadas às denúncias de maus-tratos e à disposição das lideranças em manter o controle adquirido sobre as galerias. Tanto as ações dos agentes quanto as rebeliões evidenciam relações de poder e contrapoder, reafirmando-se no que tange à gestão das rotinas prisionais e ao uso do espaço.

Em termos da política penitenciária, o governo que assumiu em 1995 criou novas prisões e proclamou a retomada do controle penitenciário pelas autoridades¹⁶, estabelecendo uma crítica forte à política de negociações com presos realizada pelo governo anterior. Quanto à gestão de funcionários da segurança, a política de governo se situava mais no âmbito da retórica: se, de um lado, foi criada a Corregedoria Penitenciária para coibir a corrupção, de outro, foi estabelecida a contenção nos gastos públicos, atingindo os salários do pessoal que atuava nos presídios e levando os agentes penitenciários a perderem o pagamento das horas extras, fonte importante de valor de seus ganhos. Sobrecarregados, descontentes quanto às reduções salariais e sentindo-se desconsiderados pelos sucessivos governos, muitas práticas mantidas nas prisões por grupos de servidores passavam ao largo da proibição administrativa, e seguidamente também se associavam a arbitrariedades físicas. No “Madre Pelletier”, as práticas abusivas e autoritárias foram simbolizadas pelo uso das celas de castigo (“Dops”), coadunando-se, portanto, com a política de endurecimento assumida pelo novo governo e também com a disposição dos agentes penitenciários em retomar sua posição dentro da sociedade prisional. Entretanto, cabe reforçar a constatação de Renato Dornelles, (2008, p. 107), segundo a qual mesmo um governo mais rigoroso não logrou impedir rebeliões e outros movimentos feitos por presos.

Um novo estágio na organização das rebeliões

Entre 2000 e 2004, uma série de rebeliões tomou conta da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Esse, certamente, foi o momento em que as ocorrências apresentaram objetivos mais claros em torno de aspectos delimitados coletivamente pelas presas.

Em 15 de janeiro de 2000, foi iniciado um movimento denominado como o dos “cinco pontos”¹⁷, cuja pauta era constituída por: revisão das penas, medicamentos para soropositivas, isolamento para vítimas de tuberculose, aumento da oferta de consultas médicas e acesso a consultas com psiquiatra.

Os protestos iniciados na galeria D, nos dois motins¹⁸, provocaram incêndios e quebra-quebras com sérios danos ao prédio. As presas solicitavam a visita dos representantes da Comissão de Direitos Humanos da ALRS. Desta vez, quem compareceu ao local foi a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Télia Negrão, que constatou, segundo a imprensa, a precariedade do confinamento, a falta de atendimento médico, bem como o excessivo uso de calmantes. Ao término da rebelião, 11 mulheres foram enviadas para cumprir castigo na Penitenciária Modulada e de Alta Segurança de Charqueadas, enquanto as demais presas da galeria D tiveram as visitas cortadas.

Em julho de 2001, uma nova rebelião ocorreu para exigir o afastamento da diretora da penitenciária, acusada de beneficiar algumas presas em detrimento de outras¹⁹. As presas acusadas pelas demais como beneficiadas pela direção eram participantes de uma cooperativa de customização que havia sido criada na penitenciária. Era comum a promoção de desfiles para mostrarem seus produtos, comparecendo nesses momentos a primeira dama do estado e outras autoridades. Segundo as presas denunciante, o tratamento especial para as cooperativadas incluía celas mais higiênicas, averbação de dias a mais de trabalho para efeito de remição da pena. Como resultado, a diretora foi afastada, sofrendo inclusive um processo administrativo que, por pouco, não chegou à exoneração da função pública.

– Essa aí, a [nome da diretora] era um terror. Ela pegava os telefones das criaturas e umas ela beneficiava, dava emprego, outras imploravam, pediam, pediam serviço, ela não dava, sabe!? E... Uma série de coisas assim. Quando ela implicava, era uma coisa muito triste. Aí, ela não dava a parte. A XXXXX [nome da presa] era uma que sofreu muito na mão dela. Bah! Aí todo mundo pediu a cabeça dela. Aí, ela foi exonerada. Teve, teve um motim. Um princípio de incêndio. Aí, mandaram as gurias para Charqueada. Umas 6, 7 foram tudo para Charqueada. E as que não foram para lá, foram para o castigo. Aí, onde começou toda essa rebelião, também por causa disto. Lá na triagem [sala do castigo] não é lugar para ninguém. Entra ali já tem que sair. Claro, no meio dia elas ganhavam almoço. Mas não tem banho, não tem nada. Tem um vaso, que nem é um vaso, é um buraco no chão e tem que dormir perto dele (Ex-presa).

O desgaste da direção da penitenciária, se em grande parte se devia ao atendimento preferencial a algumas presas, de outro, estava igualmente relacionado às disputas por cargos entre grupos políticos que faziam parte do governo do estado. Tendo assumido em 1999, o novo governo incentivou a aproximação dos setores dirigentes com os excluídos da sociedade. O que não foi contabilizado pelos gestores do governo foi o uso da rivalidade que ocorria entre eles por grupos de presas e por alguns funcionários descontentes, estes últimos para os quais não interessava a presença constante de setores governamentais nas dependências do “Madre”. As

presas, incentivadas por alguns agentes penitenciários, passaram a participar dos “esquemas” de poder, das disputas entre grupos dirigentes, e aprenderam a tirar proveito disso.

Entrevistadora: Aconteceram outros movimentos nesse período?

Entrevistada: No caso declarado, declarado de “chutar o balde”, foi esse, não é? Mas todos os movimentos têm polícia atrás. Quando há movimento para derrubar a direção, sempre tem funcionários que estão do lado das presas e outros não. [Por] isso que a gente se sente mais segura para fazer, porque os funcionários mandam e quase sempre são os mais antigos. Daí, a gente vê que não vai dar castigo nenhum. Quem manda na cadeia? Não é o juiz, não é o promotor. Quem manda na cadeia é o diretor. Então, não é? Se a polícia está junto... qual é a presa que não vai fazer? Eles mandam para o castigo, eles jogam umas petecas de drogas, porque assim também tem essa movimentação. Tem uns [agentes] que trazem, tem uns [agentes] que não trazem. Então, não há movimentação para cair direção que não tenha funcionário junto (Presas nº 1).

A cada período de maior abertura e tentativa de humanização das condições de cumprimento da pena segue-se outro em que as autoridades internas à penitenciária buscam retomar o controle por meio do endurecimento no trato com as presas. A gestão da nova diretoria do “Madre” caracterizou-se pelo uso de arbitrariedades, levando as presas a cometer ações de revanche.

Em 24 de julho de 2003, um incidente envolvendo uma presa, que espancou severamente uma agente penitenciária, foi o estopim para outra rebelião. A revolta ocorreu quando a referida detenta foi castigada com a transferência para o Presídio de Charqueadas. Este motim, iniciado na galeria B1, transcorreu por toda a tarde, com quebra de portas, janelas e grades e com o uso, pelas presas, de cacos de vidro com os quais ameaçavam se ferir e ferir os agentes da segurança.

– A [nome da presa] é uma que elas implicavam muito, porque ela traficava lá dentro. Aquela coisa toda. E tinha telefone. Eles achavam que ela botava telefone para dentro, mas não era ela que botava. Nem é a família que bota telefone para dentro, de maneira alguma. Foi um período em que eles [os agentes] andaram batendo muito. Pisaram. Pisou umas cinco ou seis. Quando elas [as agentes] resolvem entrar é fogo, não é? Aí, eles chamaram o choque, o choque entra para acalmar (Ex-presas).

O grau de insurgência mostrado pelas mulheres levou a Susepe e o Departamento de Execuções Criminais a comparecerem à penitenciária e a se comprometerem com o fim dos maus-tratos. Em virtude de a promessa não ter se cumprido, uma nova rebelião explodiu em 27 de abril de 2004. Dessa vez, as presas das galerias D e E exigiram a remoção de uma das agentes responsável pelo maior número de arbitrariedades, momento em que literalmente “elas

detonaram as galerias todas” (agente penitenciária nº 5), obtendo como efeito o afastamento da funcionária.

– Teve uma rebelião que foi mais marcante, assim: elas botaram fogo, botaram as portas abaixo. Foi na galeria D e E. Foi a que mais me chamou a atenção pela violência da coisa. Elas botaram abaixo a maioria das portas. Nessa, elas tiveram que sair das galerias porque destruíram as galerias. E isso me chocou bastante, não é? Porque eu não via desse lado. A gente estava acostumada a elas gritarem, botarem um foguinho, mas elas mesmas apagavam. Mas nessa realmente elas detonaram a galeria (Agente penitenciária nº 5).

As principais lideranças das rebeliões foram transferidas, por prazo determinado, para a Pasc. No Rio Grande do Sul, o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) não foi adotado, o que não invalida a constatação de que castigos rigorosos quando aplicados às lideranças resultem em maior prestígio para elas diante da massa carcerária (SALLA, 2006, p. 298).

As rebeliões relatadas evidenciaram a presença de lideranças reconhecidas pelas presas, com ascendência não só em suas galerias, mas também sobre as demais; da capacidade em agenciar o descontentamento do conjunto em uma pauta reivindicatória (os “cinco pontos”), bem como em estimular revoltas pontuais, gerando ações coordenadas; a existência de redes de compromissos com setores corrompidos da guarda; e de se envolver na definição dos rumos do “Madre”.

– É, tem aquela que se destaca melhor, não é? Mas eles [*os agentes*] não deixam formar facção. Não deixam não. (...) Tem uma que... sempre tem uma que se destaca mais, não é? Por exemplo, no D era a [*nome da presa*], era ela a rainha do tráfico, ela que mandava. Ela que dizia se a mulher podia ficar e se não podia ficar [*na galeria*], aquela coisa toda. Era ela (Ex-presa).

Os dados da pesquisa apontam para a não existência de facções dentro da penitenciária feminina, mas mostram que, entre 2000 e 2004, algo como a gestação dessa forma organizativa se insinuava em meio às presas. A autoidentificação em facções não foi observada nos dois grupos de presas que se formaram ali a partir do final dos anos 90. As lideranças, que internamente eram reconhecidas como “plantões”, representavam suas galerias, impunham regras baseadas na “lei do silêncio” ou a proibição da não delação sobre o trânsito interno de drogas; promoviam “julgamentos” das presas que não quitassem suas dívidas pelo uso das drogas e aplicavam sanções rígidas quando elas não possuíam “madrinhas” que afiançassem o pagamento das dívidas. Dependendo da gravidade da infração, a presa podia ser submetida a surras, banimento para o seguro²⁰, obrigação de assumir crimes cometidos internamente por outras presas e detectados pela Administração prisional ou era sentenciada à morte. As “plantões”, de fato, tinham praticamente o mesmo papel dos “prefeitos”, papel este exercido pelos homens presos nas demais penitenciárias

do estado. Eram ainda as principais negociadoras das drogas internamente, dirigindo grupos de presas que cumpriam fielmente suas ordens, assim como dirigiam bandos organizados de traficantes fora dos muros da penitenciária.

Para Salla (2001, p. 27), grande parte das revoltas nas prisões brasileiras resulta da omissão estatal em prover “as condições básicas do encarceramento”, incitando os presos à denúncia das condições em que vivem por meio de rebeliões. A essa realidade, nos últimos anos, juntam-se, ademais, novos “detonadores imediatos”²¹ ou razões vinculadas a conjunturas específicas, cuja motivação é dada pela disposição em resolver algum problema pontual.

– É uma série de fatores, não é? O preso vai aguentando, aguentando, enquanto dá. Vendo os colegas morrer de doente. Tem umas colegas que a mãe morre e eles não levam ao velório. Não tem viatura... Mas, para dar umas voltinhas, tem. Tem uns filhos que precisam ir para o hospital, eles não... nunca tem um acompanhante para a família. O preso, se não tem contato com a família, se ficar na cadeia mais de cinco meses, ele perde várias coisas dentro dele, que morrem e não voltam mais, não é? Ele vai ficando insensível, vai ficando indiferente. Ela te tira vários tipos de sentimento. Às vezes, tu chora por um beijo de novela, mas não chora por uma pessoa morta ali, do teu lado, e o último do sofrimento, por causa do convívio diariamente. E é uma coisa bem ruim, bem ruim, porque [é] a realidade, não é? Se fosse tudo distribuído, seria mais ameno para o ser humano (Presas nº 1).

As rebeliões desse período apontam para a conjugação entre essas duas características: a necessidade de solução aos problemas de funcionamento estrutural da penitenciária (más condições de atendimento médico, jurídico, entre outros) e o desejo de conter os maus-tratos, o sentimento de injustiça pelo tratamento diferenciado e a solidariedade a uma presa castigada durante os motins.

Por outro lado, esses “detonadores imediatos” foram articulados em uma pauta reivindicatória que logrou a mobilização das presas por um tempo considerável, demonstrando maior capacidade organizativa para o enfrentamento das questões e, ainda, na forma de denunciar as condições do encarceramento. Em virtude disto, as presas conseguiram a atenção não só de organizações da sociedade civil, mas principalmente do estado mediante a presença do juiz da Vara de Execuções Criminais e da própria Susepe – instituições que voltaram a se envolver diretamente na mediação dos conflitos.

Crise na segurança pública e rebeliões

Em novembro de 2006, uma greve dos agentes penitenciários por regulamentação da aposentadoria atingiu 80% do efetivo funcional. Com poucos agentes trabalhando, somente o necessário para permitir o andamento da rotina básica dos presídios, os grevistas decidiram pelo impedimento da entrada dos familiares das presas, o que implicava igualmente proibição do recebimento das “sacolas” de mantimentos. Revoltadas, as presas desencadearam uma rebelião incendiando colchões, o que resultou em quatro mulheres feridas (ZERO HORA, 26/11/2006).

O descontentamento dos agentes penitenciários devido às condições de trabalho e à falta de reconhecimento de direitos trabalhistas por parte do estado²² vinha de longo tempo. Em 1996, o governo estadual havia revogado a portaria que regulamentava as horas extras. Além disso, a falta de servidores nos presídios gaúchos era sentida fortemente pelos agentes penitenciários, tanto por ficarem sobrecarregados como pelo fato de estarem em número inferior ao necessário para suprir as funções de contenção dos presos.

A crise da segurança pública já havia sido apontada um ano antes, quando então, para suprir a falta de servidores penitenciários, o governo do estado instituiu a Portaria nº 11, de 25 de julho de 1995, definindo que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS) seria responsável administrativa e operacionalmente por grande parte dos presídios. As razões expostas referiam-se às “fugas, às tentativas de fugas e desordens generalizadas nos estabelecimentos prisionais, colocando em risco a ordem pública e a própria incolumidade dos presos e servidores penitenciários”. Mediante essa portaria, também foi determinado que a Susepe reavaliasse o Quadro Especial de Servidores Penitenciários e fizesse um novo plano de carreira e, ainda, que definisse o quadro de lotação por estabelecimento penal, a escala de trabalho e as práticas institucionais para o regime fechado, semiaberto e aberto. Contudo, essas eram proposições que, de fato, conflitavam com as políticas de “enxugamento” do governo, servindo antes como resposta à opinião pública, que clamava por mais segurança.

Não só os problemas não foram sanados, como também se acumularam ao longo dos anos. De um lado, permanecia o descaso no tratamento dispensado aos funcionários da segurança pública e, de outro, avançava o processo da escalada punitiva, com a consequente superlotação das prisões e potencialização das mazelas do encarceramento.

Em documento intitulado “A crise da Segurança Pública”, emitido em 2008 pela ALRS²³, encontra-se o relato de uma audiência feita com representantes dos agentes penitenciários. Nele, é citada a falta de agentes penitenciários (déficit estimado nesta data em 2.000 funcionários) e o temor quanto à própria segurança, expressado pelos agentes ao exercerem suas funções. Como exemplo do descabro, os representantes apontam o anexo da Casa Albergue Feminino (CAF) para detentas em progressão de regime, que estaria funcionando no anfiteatro da Penitenciária

Feminina Madre Pelletier. As condições “subumanas” do espaço que abrigava 111 presas foram descritas como “fugindo a tudo que diz respeito ao regime aberto e semiaberto”. As presas, de fato, continuavam cumprindo suas penas como em regime fechado, com uma hora apenas de sol por dia e em completa ociosidade, muitas, inclusive, dormindo com a cabeça encostada no vaso sanitário. Além disso, as visitas também ocorriam no interior do anfiteatro, implicando dificuldades adicionais ao trabalho dos agentes.

A denúncia caracterizava as más condições de trabalho que os agentes vinham enfrentando. Estando lotados na matriz do albergue, que funciona em outro bairro da cidade, eles eram obrigados a se deslocar com seus pertences de um espaço a outro para cumprir plantões de 24 horas, não havendo no anexo lugar para descanso, banheiro ou mesmo uma pia para higiene pessoal.

As deficiências acumuladas no exercício das funções conduziram a uma nova greve dos agentes penitenciários em 2008 e à situação caracterizada pela imprensa como de “descontrole nas cadeias” (ZERO HORA, 26/07/2008). Em 12 de julho do mesmo ano, a greve foi decretada em torno das reivindicações de reposição salarial, armamento para todos os servidores penitenciários e aumento do efetivo.

Os piquetes formados por funcionários nos portões da penitenciária (e do presídio de Charqueadas) impediam a entrada de familiares das presas ou o recebimento das sacolas. Os agentes penitenciários também se negavam a conduzir as presas até as audiências para andamento de seus processos. Na imprensa, era divulgado que as presas haviam feito protestos alguns dias antes, batendo nas grades em sinal de advertência, e que, em 17 de julho, eclodiu a rebelião, tendo o movimento se iniciado na galeria E, com um quebra-quebra que colocou as portas das celas abaixo (ZERO HORA, 17/07/2008).

As entrevistas feitas acerca desse momento na história da penitenciária mostram claramente não só a implicação dos servidores na rebelião das presas, como também a divisão que emergiu entre os próprios servidores por conta dessa iniciativa.

– Poderia[m] ter morrido várias presas e, depois, a diretora disse que nós entramos aqui porque quisemos, que na verdade não era nem para nós termos entrado. Eu fiquei impressionada. Porque se nós não tivéssemos feito o que nós fizemos, eles iam responder por homicídio. “Azar o de vocês, vocês entraram porque quiseram”, ela disse (Agente penitenciária nº 4).

O depoimento de uma presa não deixa dúvidas:

– Isso aí não foi rebelião. Isso aí [rebelião] foi a pedido do chefe de segurança, não é? Eles nunca entravam num acordo de salário com o pessoal aí. O que o chefe de segurança fez? Ele veio em todas as galerias e era para nós bater[mos] as portas, quebrar as portas. Era uma hora da tarde e era para estarem todos os repórteres ali na hora. Daí, eles vieram e pediram para nós batermos até quando eles mandassem parar. Daí, nós botávamos colchão na janela e botávamos fogo. Tanto que não veio a polícia para nós. Na nossa galeria até o portão nós derrubamos (...) (Presas nº 2).

A incitação à rebelião, promovida diretamente pelo chefe de segurança e demais membros da direção, visava dar visibilidade às demandas da categoria funcional e reafirmar a importância de seu trabalho em termos da segurança pública, mas evidenciava também o lado sombrio da gestão da penitenciária: a aliança mantida entre a direção e grupos de presas e a sustentação dessas lideranças – tornadas participantes ativas nos “esquemas de poder”, que resultavam em recursos financeiros para ambos os grupos.

Com os motins, as divergências entre grevistas, acampados do lado de fora da penitenciária, e o pessoal que permanecia internamente se manifestaram. Após os grevistas entrarem no prédio para socorrer as presas em meio ao fogo e ao quebra-quebra nas galerias, as dissidências se tornaram explícitas, colocando grupos de funcionários em dissintonia aberta.

Em 03 de agosto, uma nova rebelião com incêndios e quebra-quebra agitou o “Madre”. O efetivo das prisões estava muito reduzido, dificultando as visitas de familiares. Este fato levou o juiz da Vara de Execuções Criminais²⁴ a decretar multa de R\$ 20 mil por dia para as instituições que não autorizassem visitas aos presos. O encerramento da greve (em 17 de agosto) pôs fim a mais longa mobilização de servidores da segurança no estado²⁵.

Negrini, Auler e Lombardi (2008, pp. 65-66) assim classificam as rebeliões: aquelas que os presos decidem e iniciam o movimento independentemente das autoridades e aquelas que são estimuladas e provocadas pela guarda. As rebeliões provocadas ocorrem quando a guarda cria situações insustentáveis para os presos, como, por exemplo, o fornecimento inadequado de alimentação, maus-tratos às visitas, propiciando a demora no atendimento jurídico, não permitindo o atendimento aos doentes. Em geral, os motivos da guarda estão relacionados à necessidade de obter reconhecimento pelo seu trabalho, mas também podem ser motivos escusos, como o de fazer desaparecer recibos de gastos da verba pública ou aumentar o preço das drogas. No entanto, mesmo sendo incitados, os presos podem não querer a rebelião porque “atrasa” a cadeia de muitos, principalmente para os que estão perto de alcançar benefícios ligados à progressão de regime.

No caso aqui estudado, as características das rebeliões desse período evidenciam interesses consorciados entre o grupo dirigente e os dois grupos consolidados de presas, ambos responsáveis pela

maior parte das transações ilícitas no “Madre”. Também devemos evidenciar que no caso de insatisfação individual, quando alguma presa manifestava seu descontentamento, ela se tornava objeto de violências que eram promovidas pelo próprio chefe de segurança, o que revoltava as demais.

Entrevistadora: O que estava acontecendo nessa época?

Entrevistada: Nessa época, quem estava batendo era o chefe da disciplina. “Dava-lhe pau”. Botava as mulheres para dentro de uma salinha que tinha lá e “afofava”. A filha da [nome de uma presa] era uma [em] que ele batia (Ex-presa).

Em setembro, presas denunciaram que estavam ocorrendo práticas de “enxertos”, ou seja, os agentes estavam colocando drogas propositalmente nos pertences dos familiares das detentas. A prática de “enxertos” está associada, geralmente, à obtenção de favores ou ao silenciamento quanto a arbitrariedades cometidas e, nesse caso, a direção temia que denúncias das presas viessem a corroborar as que estavam sendo feitas ao Ministério Público (MP) por agentes penitenciários, indignados com a corrupção e os riscos que essa prática trazia à sua própria segurança.

A partir de denúncias de presas e agentes penitenciários ao MP, a direção da penitenciária foi substituída e passou a ser investigada. Em abril de 2010 (ZERO HORA, 18/04/2010), após entrar com ação na 8ª Vara Criminal de Porto Alegre, o MP deu conta à sociedade (ZERO HORA, 14/08/2010) das mazelas produzidas no “Madre” pela direção anterior, ré do processo, tais como: a facilitação e a cobrança pelo ingresso de drogas e celulares; a entrada de pessoas não cadastradas para visitar as presas; a existência de uma “cantina” paralela, que fornecia produtos de alimentação para as presas e familiares, servindo de fonte de recursos complementares para o grupo; a saída de presas da penitenciária, sem autorização judicial, para fazer compras para a cantina.

Fernando Salla (2001, p. 21) mostra que algumas rebeliões são instigadas pelo *staff* prisional por diversas razões, entre as quais a de contestar alguma política imposta pelos superiores hierárquicos. As ações dos grevistas aqui relatadas conduziram às rebeliões, mas necessitam também ser avaliadas em um contexto mais amplo, como etapa na acumulação de deficiências da segurança pública, produzida por meio das políticas regionais de contenção de gastos públicos que se mantiveram no estado e atingiram setores essenciais da sociedade.

No “Madre”, a associação entre a greve dos servidores penitenciários e as rebeliões na Penitenciária Feminina não é direta. Nesse período, tais fenômenos foram mediados estrategicamente pela presença da administração da penitenciária – copartícipe dos grupos organizados de presas – sendo ela capaz de mobilizar rebeliões com vistas também aos seus interesses funcionais. Esse arranjo interno trouxe ainda como resultado certo equilíbrio de poder entre os grupos, evitando que disputas pelo mercado se tornassem mais acirradas entre

as próprias presas²⁶ – assim como ocorre nos presídios masculinos, onde assassinatos em série de presos rivais são comuns.

Vira, virou!

No início dos anos 90, as rebeliões na Penitenciária Feminina se voltaram contra a precariedade das condições de confinamento. As ações coletivas se dirigiam às autoridades, em meio a uma pauta reivindicatória. Por outro lado, representavam também mudanças ocorridas no perfil das presas, agora ligadas ao tráfico e reconhecidas no mundo do crime por seus vínculos com traficantes de renome. A partir desse ângulo, as rebeliões no “Madre” estavam na esteira dos movimentos que sacudiram os presídios masculinos na década de 90.

As rebeliões desse período poderiam ser interpretadas como manifestação da experiência de submissão e dependência de maridos e companheiros presos, mas nesse ponto reduziríamos a capacidade de resistência demonstrada no movimento de 1992 em face das 30 horas de cerco policial e do fato de serem duas rebeliões seguidas. Também reduziríamos a importância pedagógica do confronto: as mulheres se apropriaram da experiência masculina, usando-a em seu favor.

O respaldo conferido pelas autoridades à Tânia Nascimento demonstra que, em se tratando do encarceramento de mulheres, a política do Executivo (afiançada também pelo Judiciário) foi firmemente proativa, na medida em que buscou soluções para o conjunto dos problemas, resultando na diluição da capacidade de mobilização das lideranças que surgiram. Mas também devem ser computados o predomínio da participação das mulheres em crimes de menor monta e a noção da menor periculosidade criminal feminina como facilitadores da ação mais liberal das autoridades.

Enquanto no governo Collares (1991-1994) a política de humanização se dirigia somente às presas, desconsiderando os agentes penitenciários, no governo Olívio Dutra (1998-2002) essa política se orientava no sentido da gestão de grupos específicos de presas (as cooperativadas), deixando as restantes e também os agentes penitenciários fora da equação. As reações dos agentes não tardaram e, nos períodos imediatamente posteriores a esses governos, se manifestaram por meio do cometimento de inúmeras arbitrariedades.

Para Eda Maria Góes (2004, pp. 222-226), a contrariedade manifestada com essa política por agentes penitenciários foram reações que objetivaram o retorno à gestão calcada em relações formais e informais e à sustentação da autonomia decisória no espaço de cada Casa prisional. Por isso, é fundamental manter a não transparência das práticas cotidianas, tanto para o estado quanto para a sociedade civil. Rebeliões e fugas são situações em que a prisão se “dá a conhecer” para o

público na medida em que atraem o olhar da mídia, sendo de interesse dos presos expor as mazelas do encarceramento. Mas esses são momentos singulares, já que, regra geral, os presos também têm interesse em controlar a informação que entra e sai da prisão (GÓES, 2004, pp. 225-226). Em virtude disto, a visibilidade das prisões é momentânea.

O protagonismo das presas nos movimentos em prol de melhorias nas duras condições de encarceramento permitiu a abertura institucional para atores críticos e organizados da sociedade civil. Assim, a presença das ONGs e de setores progressistas na penitenciária, nos períodos de humanização, construiu espaços nos quais as presas aprenderam que poderiam acioná-las para obter visibilidade e conter abusos. Após esse tempo, confirma-se a observação de Góes (2004, p. 225) de que novamente a questão penitenciária é encoberta e o obscurecimento sobre seus processos volta a se afirmar.

À exceção das últimas rebeliões (período 2006-2008), todos os eventos anteriores (1992-2004) apresentaram como característica principal a ação coletiva das presas em torno de reivindicações para reduzir o grau de privações, especialmente de saúde e segurança. Ao longo do tempo, as lideranças souberam alargar seu poder, aliando a mobilização das presas contra as brutalidades e a precariedade do encarceramento com a sustentação de espaços conquistados, de acordo com seus interesses.

As reivindicações coletivas se alteraram conforme a época em questão, mas tiveram, como traço comum, a partir do final da década de 90, a presença de líderes que souberam conjugar o protagonismo das presas em suas demandas específicas com contrariedades entre agentes penitenciários com a administração e a corrupção de alguns funcionários. Foi então que ocorreu a consolidação das lideranças mais importantes que o “Madre” já teve até o momento, dando forma tanto ao exercício da gestão das galerias, exercida por elas, quanto ao mercado de drogas, que se tornou regularmente abastecido.

As rebeliões estudadas por Salla (2006, p. 8) evidenciam, como novidade nas dinâmicas prisionais brasileiras dos anos 90, o fato de não apresentarem qualquer reivindicação para as autoridades, sendo antes manifestações de disputas entre grupos rivais de presos que se utilizam delas como forma de acerto de contas entre si para promover fugas ou adquirir e manter o controle de áreas do cárcere para este ou aquele grupo. No “Madre”, essa realidade não se verifica. Não houve disputas acirradas entre grupos de presas que conduzissem a assassinatos em série, como nos presídios masculinos, mas acomodação de interesses entre os dois grupos reconhecidos, mediada por membros da administração da penitenciária. Setores corrompidos do funcionalismo tornaram-se participantes ativos desse mercado e garantiram a mobilidade e o espaço que cabia a cada grupo. A participação direta de pessoas pertencentes à própria administração da

penitenciária nas organizações criminosas, conforme aponta o MP, é por certo uma condição extremada dos arranjos espúrios entre setores que vendem “mercadorias políticas” (MISSE, 2006) como proteção e prestígio, e os grupos organizados.

Roberto Barbato Jr. (2006, pp. 52-65) identifica as prisões como casas que funcionam atualmente por meio de pactos, onde as funções e as atribuições de cada grupo são delimitadas, objetivando a manutenção da “disciplina e o comando da massa carcerária”. Para o autor, o estado, ao estabelecer negociações com as facções para acabar com as desordens, se submete ao poder informal, resultando em sua retirada dos espaços do cárcere e na instituição de um poder paralelo. A observação das rebeliões no “Madre Pelletier” não nos permite sustentar a noção de “ausência de comando do poder oficial”. O Estado não está submetido ao poder informal e soberano das lideranças dos presos porque é da ordem da governamentalidade o reforço dessa forma de poder, garantido por políticas mais amplas de “esquecimento” dos presos, de abandono do tratamento penal e da aceitação tácita de que, localmente, os pactos sejam estabelecidos com vistas ao apaziguamento das prisões. Essa forma peculiar de administração permite a coalizão de interesses entre grupos de presos e setores do *staff* prisional, embora os presos, mesmo os que estão organizados em facções, permaneçam, em tese, mais sujeitados, pois o poder repressivo do estado sempre poderá ser acionado em situações de ruptura dos arranjos²⁷.

Se há governamentalidade, não há “Estado paralelo de criminosos”, exercido despoticamente pelas lideranças sobre seus iguais – unidirecional e simplesmente coativo – porque essas lideranças garantem sua legitimidade ao sobrepor seus interesses aos interesses do conjunto, obtendo eficácia, por essa via, na consolidação de seu poder. Embora concordemos com Barbato Jr. (2006, p. 97) no sentido de que não deixa de haver os “aspectos sinistro, despótico, arbitrário”, estes tanto podem ser acionados pelas lideranças como pelas administrações.

O poder que os presos exercem no ambiente carcerário é “relacional”, conforme defende Cláudia Monteiro Pato de Carvalho (*apud* CHIES, 2008b, pp. 109-110), e advém de seu estatuto, do reconhecimento oficial, da capacidade demonstrada em mobilizar a massa carcerária, bem como dos ganhos econômicos com o comércio interno. A autora sustenta que esses presos se tornam “intocáveis funcionais” por convergirem com suas ações para o funcionamento dos presídios em seus aspectos de redução dos conflitos e no suporte dos processos securitários. As relações entre lideranças dos presos e administrações prisionais são espúrias e, ao mesmo tempo, orgânicas: explicam tanto a dinâmica interna quanto a moral institucional, garantindo as aparências da normalidade funcional que o sistema requer.

Com esse sistema, a vigilância pode ser exercida sobre uns poucos, porque estes controlam muitos. O grupo tem permissão para se autogerir, desde que não ultrapasse certos

limites: os que comprometem as autoridades ou os que as levam a serem cobradas publicamente, como quando ocorrem fugas e rebeliões. Mas o comando “repartido” entre grupos de agentes penitenciários e lideranças de presas apresenta ambivalências na medida em que concessões devem ser feitas e mantidas de parte a parte, o que nem sempre é possível, pois se, de um lado, o *staff* prisional não é homogêneo, não havendo consenso entre os membros da guarda quanto ao que deva ser permitido ou negado, de outro, os conflitos de interesses entre lideranças sempre poderão emergir, assim como não estão descartadas manifestações de inconformidade de presas comuns para com suas líderes. Trata-se de um processo que envolve constante tensão e no qual nada pode escapar a qualquer uma das partes. No “Madre”, as surras promovidas pelo chefe de segurança nas presas inconformadas iam ao encontro dos interesses das líderes e deles próprios, evitando que disputas e atos de rebeldia individuais pudessem pôr em risco a ordem construída.

Conclusão

A realidade atual do encarceramento feminino encontra sua gênese nos movimentos de rebeldia promovidos pelas presas no contexto dos últimos 20 anos. Esses eventos tiveram menor envergadura quando comparados com os que eram promovidos nos presídios masculinos, mas resultaram igualmente em eficácia na alteração de relações de poder e contrapoder na Penitenciária Feminina. As rebeliões de presos no Brasil estão bastante associadas a situações extremas em que terceiros são colocados em risco (familiares, funcionários, outros presos), dificultando a compreensão do que seja esse fenômeno. No entanto, esses são acontecimentos comuns e formam o repertório de resistências que os presos oferecem ao encarceramento, atingindo igualmente a prisão feminina.

Os eventos analisados têm referência na orientação conferida pelas autoridades estaduais às políticas penitenciárias, sendo estas concebidas para impedir ou neutralizar as rebeldias das presas, oscilando sempre entre o autoritarismo e a liberalização. As políticas penitenciárias em distintas conjunturas têm em comum o fato de serem imediatistas, não obedecendo, portanto, a qualquer planejamento de longo prazo e aparecendo, antes, como respostas dos governos aos acontecimentos, mesmo quando a política está acompanhada de uma percepção de gênero.

Uma política de gênero foi mantida enquanto houve, por parte do governo, a disposição para o diálogo e a humanização dos presídios. Posteriormente, as políticas promovidas pelos sucessivos governos retornaram ao eixo da engenharia social-carcerária, à homogeneização

das dinâmicas do cárcere, baseada no regime das “plantões” e no comando consorciado da massa carcerária. Uma associação perversa entre grupos de interesses solidificados, à semelhança do que ocorre nos presídios masculinos.

Questionamos a noção da existência de um Estado paralelo promovido por presos em face de uma pretensa falência do poder regulador e mostramos que no “Madre” houve um consórcio de interesses entre grupos e que ele emergiu em virtude da deliberação de governos de se afastarem de seus deveres para com presas e funcionários. Propositadamente os espaços foram sendo deixados para o estabelecimento de alianças espúrias em meio a jogos de poder, com a transferência da função estatal do controle direto das presas para suas lideranças.

As líderes que surgiram no “Madre” a partir do final dos anos 90 possuíam ligações orgânicas com o tráfico ou poder na rede extramuros, e no intramuros souberam catalisar a atenção das presas, estabelecendo a mediação política e traduzindo a inconformidade em ações de protesto e reivindicações. Souberam ainda constituir laços de cumplicidades com setores corrompidos do funcionalismo. Dessa forma, combinaram carisma pessoal com funcionalidade, prestígio e reconhecimento por meio da imposição da sujeição para o restante das presas. Esse carisma adveio, portanto, da posição e do poder extramuros e da sustentação de redes de apoio internamente; do reconhecimento feito pelo *staff* quanto à sua funcionalidade na garantia da ordem; do conhecimento que detêm sobre a dinâmica carcerária e por saberem capitalizar rebeldias e inconformidades. Diferente do período anterior, quando presas líderes recebiam atenção das demais em razão do prestígio adquirido por seus maridos ou companheiros no mundo prisional.

Em decorrência disso, por vivenciarem situações de confinamento que implicam um regime de vida em comum, as interações entre as presas passaram a ser mediadas por aquelas com liderança mais significativa e maiores capacidades para mobilizar recursos na prisão. As interações alternaram-se entre constantes conflitos e a solidariedade, tendo como “pano de fundo” a experiência da deterioração das condições do encarceramento.

Notas

¹ “O Brasil atrás das grades”. Disponível (on-line) em: www.hrw.org/portuguese/reports/presos/detentas2.htm

² No Relatório Azul, de 1996, produzido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da ALRS, lê-se: “Os vários incidentes relatados pela imprensa, relativos aos presídios gaúchos, demonstraram a ocorrência de um número significativo deles na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. As reações femininas, nesse contexto, são completamente diversas das demonstradas pelo contingente masculino” (p. 42).

³ O trabalho de Renato Dornelles (2008), *Falange Gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS*, traz um número expressivo de exemplos. Também é ilustrativo o trabalho de José Coiro e Diego Casagrande (1997), *Porto Alegre: 48 horas sob terror*.

⁴ A maior parte das fugas, rebeliões, greves de fome e incidentes graves ocorridos nas prisões do Rio Grande do Sul, nas décadas de 1990 e 2000, se deu entre novembro e março, e esta é uma realidade bastante conhecida por quem atua em presídios, conforme nos mostra o trabalho já citado de Dornelles (2008).

⁵ Tanto São Paulo como Rio de Janeiro foram palcos de grandes rebeliões carcerárias e de ataques simultâneos a prédios públicos, levando medo à população dessas cidades. Sergio Adorno e Fernando Salla (2007, pp. 3-4) mostram que as rebeliões dos anos 90 nas unidades carcerárias dessas metrópoles já insinuavam os vínculos existentes entre o intramuros e as redes de cumplicidades mantidas no extramuros.

⁶ Zero Hora (05/03/1992) comenta o incêndio que danificou o 2º andar do prédio e a Escola de Serviços Penitenciários, situada no 1º andar.

⁷ Zero Hora (05/03/1992) registra a ocorrência de três rebeliões em um período de seis meses. Em 6 de março de 1992 (ZH), outra rebelião explode e resulta na transferência de mais 10 líderes para outros presídios.

⁸ Conforme farta documentação apresentada por Dornelles (2008).

⁹ Apesar da promessa, de fato as presas recolhidas “provisoriamente” no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) só retornaram ao prédio central do Madre Pelletier em dezembro de 1995, quando a reforma foi concluída.

¹⁰ A política de humanização das penitenciárias nasceu na esteira do processo de redemocratização e como crítica à seletividade penal. Embasa a instituição da Lei de Execuções Penais (LEP), cujos fins são ressocializadores e que tem o trabalho penal, a profissionalização e a educação como suas premissas fundamentais.

¹¹ A política que se consubstanciou no *slogan* “O preso tratado como cidadão” do governo Collares revelou importantes lideranças dos presos. É o caso de Melara, eleito, à época, como interlocutor dos presos na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc) (Dornelles, 2008, pp. 89-90).

¹² As irmãs da Congregação do Bom Pastor D’Angers estiveram à frente da única penitenciária feminina do estado, o Madre Pelletier, de 1949 a 1980, quando então, por meio de um acordo, o governo do estado reassumiu o encarceramento feminino.

¹³ Conforme mostra o trabalho de Samantha Buglione (2002, p. 133).

¹⁴ No prédio reformado, que passou a contar com dependências mais amplas, a direção implantou uma Comunidade Terapêutica para dar atendimento às dependentes químicas que quisessem se livrar do vício das drogas. A Comunidade não teve continuação após a saída de Tânia Nascimento.

¹⁵ Uma clara alusão ao Departamento de Operações Políticas e Sociais na época da ditadura, responsável por torturas e desaparecimentos de presos políticos. Relatório Azul, 1996.

¹⁶ No início do governo Britto, vários motins e fugas em massa se sucederam nas prisões masculinas. Dornelles (2008, pp.107-110) mostra que era comum presos se utilizarem da promoção de incêndios em colchões e usarem armas de baixo calibre. Nesse período, a Brigada Militar passou a agir com muita violência para controlar a situação. Segundo Dornelles, o tráfico de armas para dentro das prisões era feito por agentes penitenciários que estimulavam ou comprometiam presos rivais, incitando-os a matar as lideranças indesejáveis.

¹⁷ Não é possível afirmar que a denominação “cinco pontos” para o movimento tenha tido origem na Penitenciária Feminina. Parece mais viável que tenha recebido essa denominação na entrevista dada à Zero Hora pela presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Télia Negrão.

¹⁸ Zero Hora, 15 de janeiro de 2000. Com o título “Novo protesto no Pelletier”, o jornal informa que dez detentas foram transferidas para Charqueadas em razão do protesto que resultou em avarias no prédio.

¹⁹ Em 06 de dezembro de 2001, uma nova matéria de Zero Hora, com o título “Direção acusada de beneficiar detentas”, dava conta de que a diretora da penitenciária havia sido exonerada em julho porque presas haviam promovido uma rebelião na qual pediam o seu afastamento. Também mostra que a primeira dama do estado havia comparecido nesta data a um desfile de modas promovido pela Cooperativa de Customização das detentas.

²⁰ Nos presídios brasileiros, o termo “seguro” indica a galeria onde os presos ameaçados pela massa carcerária ficam reclusos, trancados em suas celas durante todo o tempo.

²¹ Fernando Salla (2001, p. 27) cita como exemplo desses “detonadores”: as brigas entre detentos, as arbitrariedades dos custodiadores, a omissão de assistência médica e também as tentativas de fuga.

²² Apesar de os presídios estarem superlotados, o governo não nomeava novos agentes concursados em meio a uma política de enxugamento da máquina estatal que incluía o fechamento de autarquias e dos órgãos públicos.

²³Ver: http://stelafarias.pre.mw8.tehospedo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=127&Itemid=16

²⁴ Somente em outubro desse ano, após o juiz da Vara de Execuções Criminais ter tornado pública a gravidade das condições dos presídios gaúchos, o governo estadual decretou situação de emergência no sistema penitenciário, comprometendo-se com a construção de novos presídios e a reforma dos já existentes. Foi anunciada a abertura de 50

vagas para mulheres presas em Torres e na nova Penitenciária Feminina de Guaíba, cidade pertencente à Grande Porto Alegre (ZERO HORA, 14/08/2008).

²⁵ A greve só terminou após o governo do estado se comprometer com as reivindicações dos agentes penitenciários.

²⁶ Zero Hora, 22 de agosto de 2010. Com o título “Facções nas prisões”, o jornal informou que, para o Ministério Público, “os dois bandos cresceram rapidamente nos últimos três anos ao cooptar servidores que facilitaram o acesso a celulares e entorpecentes”. Entre os crimes creditados à disputa pelo tráfico no “Madre”, está a morte de Ana Paula Parodes, ocorrida na modulada de Montenegro, após sua transferência para aquela penitenciária, cuja ordem teria partido do “Madre Pelletier”.

²⁷ O assassinato de 111 presos no Carandiru seria um caso extremo desta possibilidade.

Referências

- ADORNO, Sergio [e] SALLA, Fernando. (2007), “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. *Estudos Avançados*, Vol. 21, n° 61, pp. 7-29.
- BARBATO JR., Roberto. (2006), *Direito informal e criminalidade: os códigos do cárcere e do tráfico*. Campinas, Millennium.
- BUGLIONE, Samantha. (2002), “O dividir da execução penal: olhando mulheres, olhando diferenças”. Em: CARVALHO, Salo de (org). *Crítica à execução penal: Doutrina, jurisprudência e projetos legislativos*. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, pp. 123-144.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. (2008), *A capitalização do tempo social na prisão: A remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade*. São Paulo, Método/IBCCRIM.
- COELHO, Edmundo Campos. (2005), *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro, Record.
- COIRO, José Rafael Rosito [e] CASAGRANDE, Diego. (1997), *Porto Alegre: 48 horas sob terror – Melara e a rebelião no Hospital Penitenciário*. Porto Alegre, Artes e Ofícios.
- CCDH. (1996), *Relatório Azul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*.
- DORNELLES, Renato Nunes. (2008), *Falange gaúcha: O Presídio Central e a história do crime organizado no RS*. Porto Alegre, RBS Publicações.
- FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- GÓES, Eda Maria. (2004), “Transição política e cotidiano penitenciário”. *História*, Vol. 23, n° 1-2, pp. 219-238.
- GOFFMAN, Erving. (1990), *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- HUMAN RIGHTS WATCH. (1997), *O Brasil atrás das grades*. Disponível (on-line) em: <http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm>
- LEMGRUBER, Julita. (1999), *Cemitério dos vivos: Análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro, Forense.
- MATTHEWS, Roger. (2003), *Pagando tiempo: Una introducción a la sociología del encarcelamiento*. Barcelona, Bellaterra.
- MISSE, Michel. (2006), *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lumen Júris.
- NEGRINI, Pedro Paulo; AULER, Marcelo [e] LOMBARDI, Renato. (1990), *Enjaulados: Presídios, prisioneiros, gangues e comandos*. Rio de Janeiro, Gryphus.
- ROVINSKI, Sonia Liane R. (1990), “A utilização de reféns em motins na rede penitenciária do Rio Grande do Sul”. *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Vol. 1, n° 5, pp. 163-173.
- SALLA, Fernando. (2001), “Rebeliões nas prisões brasileiras”. *Serviço Social e Sociedade*, Vol. 67, pp. 18-37.
- _____. (2006), “As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira”. *Sociologias*, Ano 8, n° 16, pp. 274-307.

SYKES, Gresham M. (1958), *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*. New Jersey, Princeton University Press.

Fontes da imprensa

ZERO HORA. (05/03/1992).

_____. (06/03/1992).

_____. (05/12/1996).

_____. (06/01/1997).

_____. (15/01/2000).

_____. (06/12/2001).

_____. (26/11/2006).

_____. (17/07/2008).

_____. (26/07/2008).

_____. (18/04/2010).

_____. (14/08/2010).

_____. (22/08/2010).

LENI BEATRIZ CORREIA COLARES

(lebecol@hotmail.com) é professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (Furg, Rio Grande, Brasil). É doutora e mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil) e graduada em ciências sociais pela UFRGS.